

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



Atena
Editora
Ano 2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 3 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 3)

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-7247-933-2
 DOI 10.22533/at.ed.332202001

1. Educação. 2. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ítaca

Se partires um dia rumo à Ítaca

Faz votos de que o caminho seja longo repleto de aventuras, repleto de saber.

Nem lestrigões, nem ciclopes, nem o colérico Posidon te intimidem!

Eles no teu caminho jamais encontrarás.

Se altivo for teu pensamento

Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar

Nem lestrigões, nem ciclopes

Nem o bravio Posidon hás de ver

Se tu mesmo não os lewares dentro da alma

Se tua alma não os puser dentro de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.

Numerosas serão as manhãs de verão

Nas quais com que prazer, com que alegria

Tu hás de entrar pela primeira vez um porto

Para correr as lojas dos fenícios e belas mercancias adquirir.

[...] Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas, não apresses a viagem nunca.

Melhor muitos anos lewares de jornada

E fundeares na ilha velho enfim.

Rico de quanto ganhaste no caminho

Sem esperar riquezas que Ítaca te desse. [...]

(KAVÁFIS, 2006, p. 146-147)

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que

atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é

imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM TEMPOS DE DISCURSO DE PÓS-VERDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Heitor Messias Reimão de Melo Maria Regina Momesso Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Carlos Simão Coury Corrêa Valquiria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020011	
CAPÍTULO 2	11
A AUTOMEDICAÇÃO, HÁBITOS E RISCOS PARA A SAÚDE	
Ramona Raquel Silva dos Reis Dienifer Patricia Pippi Uliane Macuglia	
DOI 10.22533/at.ed.3322020012	
CAPÍTULO 3	19
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO	
Juliana Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020013	
CAPÍTULO 4	32
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO ACERCA DA INCLUSÃO	
Ruth Alves de Souza Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Sandra Simone Silva Cruz Meire Ferreira Pedroso da Costa Daiany Takekawa Fernandes Huana Caroline Alves da Silva Jucelia Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3322020014	
CAPÍTULO 5	44
A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC	
Edson Batistel Josely Cristine Rosa Trevisol Ricardo Pereira	

DOI 10.22533/at.ed.3322020015

CAPÍTULO 6 63

A CONCEPÇÃO SOCIOPSICOLÓGICA COMO FUNDAMENTO DO ENSINO DA INFORMÁTICA EDUCACIONAL ACESSÍVEL AOS ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO INCLUSOS NA ESCOLA COMUM

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Vandiana Borba Wilhelm

DOI 10.22533/at.ed.3322020016

CAPÍTULO 7 77

A CONFIGURAÇÃO DE TENDÊNCIAS E VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3322020017

CAPÍTULO 8 89

A CONSCIÊNCIA DO PROFESSOR E O CURRÍCULO INTEGRADO

Liára Colpo Ribeiro
Ricardo Antonio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3322020018

CAPÍTULO 9 103

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO POR MEIO DO TEATRO: APRENDIZAGEM EM MOVIMENTO

Maurício Mendes
Cláudia Ferreira Reis Concordido
Jeanne Denise Bezerra de Barros

DOI 10.22533/at.ed.3322020019

CAPÍTULO 10 113

A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE MODELOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM – UM CASO PRÁTICO

Gustavo Dinis Viana
Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko
Paulo Eduardo Santos Nedochetko

DOI 10.22533/at.ed.33220200110

CAPÍTULO 11 117

A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO PARA O CURRÍCULO INTEGRADO

Jéssica dos Reis Lohmann Monteiro
Marcele Teixeira Homrich Ravasio

DOI 10.22533/at.ed.33220200111

CAPÍTULO 12 130

A DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT

Daline Begnini Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200112

CAPÍTULO 13	135
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INTERCONECTIVIDADE COM O ESPAÇO SOCIAL: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GOVERNANÇA DA ÁGUA E DO TERRITÓRIO	
José Aldair Pinheiro Amauri Carlos Bampi Edineuza Alves Trogillo Renata Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33220200113	
CAPÍTULO 14	144
A FÍSICA DOS INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO	
Maria Lúcia Netto Grillo Luiz Roberto Perez Lisboa Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.33220200114	
CAPÍTULO 15	155
A FORMAÇÃO DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO XADREZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONTEXTO BRASILEIRO	
Cleiton Marino Santana Jéssica Dos Anjos Januário Danielle Ferreira Auriemo	
DOI 10.22533/at.ed.33220200115	
CAPÍTULO 16	162
A GESTÃO COMPARTILHADA: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E A ATUAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR	
Gislaine Buraki de Andrade Isaura Monica Souza Zanardini	
DOI 10.22533/at.ed.33220200116	
CAPÍTULO 17	173
A INCLUSÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	
Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.33220200117	
CAPÍTULO 18	184
A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO OLHAR DO PROFESSOR	
Rubia Rabelo Vieira Graziela Amboni Rafael Zaneripe de Souza Nunes Karin Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.33220200118	
CAPÍTULO 19	195
A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Bárbara Macedo	

DOI 10.22533/at.ed.33220200119

CAPÍTULO 20 203

A LITERATURA POPULAR E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: DO LEITOR AO NAVEGADOR

Kelly Cristina Coutinho
Geni Emília de Souza
Carlos Adriano Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200120

CAPÍTULO 21 213

A PAISAGEM EM RELAÇÃO À URBANIDADE E AS GEOTECNOLOGIAS NA PERSPECTIVA DA SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA

William James Vendramini

DOI 10.22533/at.ed.33220200121

CAPÍTULO 22 224

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONEXÕES COM OS MEIOS SOCIAIS

Michelline Santana de Oliveira
Pollyana Sampaio Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33220200122

CAPÍTULO 23 233

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Karin Cozer de Campos
Ângela Maria Silveira Portelinha

DOI 10.22533/at.ed.33220200123

CAPÍTULO 24 245

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SALA MULTISSERIADA DA ESCOLA MUNICIPAL ALICE NEVES DE SOUZA

Emanuela Pereira da Silva
Adlândia do Nascimento Dias
Daiane Pinheiro de Souza Cardoso
Deidiane Rodrigues da Silva
Pedro Paulo Souza Rios
Rosilaine Moreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.33220200124

CAPÍTULO 25 256

AÇÕES AFIRMATIVAS NA MEDIAÇÃO DAS POSIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRACASSO ESCOLAR: ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Filipi Augusto Batinga Simões
Naila Jenisch Chaves
Quézia Vila Flor Furtado

DOI 10.22533/at.ed.33220200125

CAPÍTULO 26 261

ADAPTANDO TEXTOS PARA ACADÊMICOS CEGOS: A VOZ DE TÉCNICAS, ESTAGIÁRIAS E BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Letícia Nunes Goulart
Ana Carolina Madeira Moreira da Silva
Caroline Sousa Santos
Mariana Bernartt da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33220200126

CAPÍTULO 27 271

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO CLUBE DE CIÊNCIAS ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Luciane Naiane Araujo Neto
Elizabeth Orofino Lucio

DOI 10.22533/at.ed.33220200127

CAPÍTULO 28 279

ANÁLISANDO ERROS EM EQUAÇÕES DO 1º GRAU EM UMA TURMA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Erick Cristian Tourão Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.33220200128

CAPÍTULO 29 287

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO - A CONSOLIDAÇÃO DE UMA SUBÁREA EPISTEMOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos
Rodrigo Regert

DOI 10.22533/at.ed.33220200129

CAPÍTULO 30 299

APRENDIZAGEM COOPERATIVA: VIVÊNCIAS DE UMA VOLUNTÁRIA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CÉLULAS COOPERATIVAS, UNEMAT, CÁCERES/MT

Daiany Takekawa Fernandes
Cleide Aparecida Ferreira Da Silva Gusmão
Daniely Takekawa Fernandes
Neireluce Neuza Yosiko Takekawa
Rangel Gomes Sacramento
Rafael Cebalho Cambara
Yesa Maria Ferreira De Carvalho
Fernanda Delfina Da Silva Akerley Marques
Luiz Vieira de Souza Neto
Ana Karla Pereira Viegas
Thulio Santos Motta
Glauciane Ferreira Souza

DOI 10.22533/at.ed.33220200130

CAPÍTULO 31 305

ARENA DA EDUCAÇÃO: ESCOLA PLENA VOCACIONADA AO ESPORTE

Cleiton Marino Santana

Flávio Marcelo Bueno de Castro
Alexandre Moreno Espíndola
Alexandre Castro Silva
Eva Karoline Baroni

DOI 10.22533/at.ed.33220200131

CAPÍTULO 32 316

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Wivian Rodrigues Brasil

DOI 10.22533/at.ed.33220200132

CAPÍTULO 33 329

PLANEJAMENTO DE ENSINO: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA TRANSFORMADORA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Natália Bezerra de Souza Madela

DOI 10.22533/at.ed.33220200133

CAPÍTULO 34 341

AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Adelcio Machado dos Santos
Joel Haroldo Baad

DOI 10.22533/at.ed.33220200134

SOBRE A ORGANIZADORA..... 348

ÍNDICE REMISSIVO 349

A INCLUSÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS

Data de aceite: 02/01/2020

Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira

Instituto Federal da Bahia - Salvador/BA
lygiazig@gmail.com

Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas

Instituto Federal da Bahia - Salvador/BA
patylazzaron@gmail.com

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental que teve por objetivo apresentar os critérios para a oferta de disciplinas na modalidade a distância, em cursos de graduação na modalidade presencial, conforme a legislação vigente. A observância a esses aspectos é de vital importância para a elaboração e revisão de Projetos de Implantação de Cursos Superiores (PIC) e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) das instituições de ensino que optaram ou venham optar em ofertar até 40% de sua carga horária na modalidade à distância. A relevância da inserção de disciplinas na modalidade à distância em cursos presenciais é uma forma de flexibilizar e diversificar o processo de ensino e aprendizagem, sendo a sua execução opcional. Destacam-se os benefícios dessa modalidade, no sentido de otimizar o tempo de docentes e

estudantes, proporcionar que longas distâncias possam ser estreitadas, além do aprendizado em relação ao uso das Tecnologias na Educação etc. A metodologia da pesquisa foi análise de documentos legais discutidos à base de autores que abordam a Educação à Distância e Projetos Pedagógicos de Curso. O resultado foi a sistematização de critérios para orientar a inclusão de até 40% da modalidade a distância na carga horária de cursos de graduação presenciais visando a melhoria da qualidade na sua implantação, assim como o atendimento aos parâmetros de avaliação estabelecidos pelo Ministério da Educação.

PALAVRAS-CHAVE: Projetos Pedagógicos de Cursos; Educação a Distância; Avaliação.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação a Distância traz enormes benefícios às pessoas que precisam estudar, mas dispõe de pouco tempo ou apresentam dificuldades em se locomover até as instituições de ensino. Dentre várias questões, se pode destacar a flexibilidade e a autonomia do discente em decidir seu horário e local de estudo, otimizando o seu tempo e diminuindo longas distâncias, além de proporcionar a sua relação com as Tecnologias.

[...] A EAD nada mais faz que minimizar os obstáculos que o tempo e o espaço oferecem ao ensino-aprendizagem, dando aos sujeitos condições “tecnológicas” de construir conhecimento à revelia desses obstáculos. (Sales, 2013, p. 3)

A Portaria 1428 de 28 de dezembro de 2018 indica que o limite da oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais é de 20%, desde que tenha 1 curso reconhecido, todavia o artigo 3º da referida portaria amplia a possibilidade “para até 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação presencial, desde que também atendidos os seguintes requisitos:

I - a IES deve estar credenciada em ambas as modalidades, presencial e a distância, com Conceito Institucional - CI igual ou superior a 4 (quatro);

II - a IES deve possuir um curso de graduação na modalidade a distância, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro), que tenha a mesma denominação e grau de um dos cursos de graduação presencial reconhecidos e ofertados pela IES;

III - os cursos de graduação presencial que poderão utilizar os limites definidos no caput devem ser reconhecidos, com Conceito de Curso - CC igual ou superior a 4 (quatro); e

IV - A IES não pode estar submetida a processo de supervisão, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018.

A legislação supracitada dentre várias normativas a respeito da oferta das disciplinas a distância traz a necessidade de que essas sejam inseridas no Projeto Pedagógico dos cursos presenciais para que sejam analisadas e avaliadas “quando do protocolo dos pedidos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos”.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância para reconhecimento e renovação de reconhecimento em vigor traz quatro indicadores que são avaliados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC): Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); Material didático; Atividades de Tutoria e os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria.

É imprescindível saber quais são os critérios para a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação, visando tanto a qualidade quanto a avaliação que o curso passará e a legislação que trata do assunto. Dessa forma, a presente pesquisa aborda a implantação de disciplinas na modalidade a distância em Projetos Pedagógicos de Cursos presenciais, com o objetivo de apresentar os critérios para a oferta das disciplinas na modalidade a distância, conforme a legislação vigente e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância para reconhecimento e renovação de reconhecimento em vigor.

A pesquisa realizada foi bibliográfica e documental, com análise de documentos legais discutidos à base de autores que abordam a Educação à Distância e Projetos Pedagógicos de Curso.

A pesquisa documental foi baseada nas legislações que tratam do tema, como a Lei 9.394/1996, o Decreto nº 9.057/2017 que normatiza o art. 80 da Lei 9.394/1996 e a Portaria 1428 de 28 de dezembro de 2018. Além disso, foram pesquisados Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores, além do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e que passou a vigorar em outubro de 2017.

A pesquisa bibliográfica fundamentou o olhar crítico sobre o tema pesquisado acerca dos critérios para inclusão da modalidade a distância em cursos presenciais e a sua inserção nos PPC's, como também a sua pertinência em prol da qualidade na oferta de disciplinas na modalidade a distância.

A pesquisa foi orientada pelo princípio que Ludke e André (1986) definem como a necessidade de confronto entre os dados e as informações coletadas com o conhecimento teórico a respeito do mesmo.

Dessa forma, foi utilizado o confronto entre os documentos como o Instrumento de Avaliação do Curso de Graduação Presencial e a Distância, a legislação a cerca do tema e alguns PPCs de Cursos Superiores.

Os PPCs analisados foram os dos cursos de Artes Visuais (Bacharelado) e Pedagogia da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

A tese de doutorado de Sales (2013), a dissertação de mestrado de Pinho (2008) e o livro de Moran, Masetto e Behrens (2012) fundamentaram a análise teórica da pesquisa.

A tese de Sales (2013) proporciona uma visão crítica e ampla da Educação a Distância no Brasil, perpassando por questões epistemológicas, filosóficas e metodológicas, principalmente no que diz respeito às questões relativas ao Material Didático, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Mediação Pedagógica e Currículo.

A dissertação de Pinho (2008) também foi de extrema importância para esse trabalho e ratificou as informações apresentadas na Tese de Sales, principalmente no que diz respeito às funcionalidades do AVA e aos Materiais Didáticos para o AVA.

Moran fundamenta a pesquisa realizada com relação à metodologia híbrida presente em cursos na modalidade presencial que ofertam disciplinas na modalidade a distância.

2 | A OFERTA DA MODALIDADE A DISTÂNCIA E O INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA

Os cursos de Graduação no Brasil precisam de autorização para iniciar a sua oferta, sendo que as Universidades e Institutos Federais de Educação têm autonomia

para expedirem a autorização de funcionamento. Já as Faculdades e os Centros Universitário precisam solicitar essa autorização de funcionamento ao Ministério da Educação e Cultura.

Após a autorização do curso, ocorrerá o seu reconhecimento, quando estiver entre 50% à 75% de sua matriz integralizada. Sem esse reconhecimento, o curso não poderá emitir o Diploma aos seus estudantes concluintes. Após o reconhecimento do curso, o mesmo será submetido a processo avaliativo periódico para obter a renovação do reconhecimento, o que é necessário para a continuidade da oferta de cursos.

O processo de reconhecimento e de renovação de reconhecimento, decorre de um fluxo constituído por diversas etapas, como, por exemplo, a avaliação in loco realizada por avaliadores representantes do INEP no curso, que constatarão se o que foi preenchido no sistema e-mec confere com a realidade. Para tal avaliação, utilizam o instrumento de avaliação de cursos, que é composto de indicadores com conceitos de 1 a 5, sendo o conceito 3 considerado satisfatório; o 4, muito satisfatório e o 5, excelente. O conceito final do curso – CC será uma média ponderada entre os indicadores presentes no instrumento de avaliação. Os cursos que obtiverem nota inferior a 3 no CC deverão preencher um protocolo de intenção para elevar o conceito a três, o que resultará em melhorias no curso para que consiga a nota três.

O respectivo Instrumento de Avaliação é dividido em três dimensões, sendo a Dimensão 1- Organização Didático-Pedagógica; a Dimensão 2, Corpo Docente e Tutorial e a Dimensão 3, Infraestrutura. A avaliação do PPC utiliza a Dimensão 1 do referido instrumento.

A acessibilidade é um indicador constante no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a distância, inclusive nos itens relacionados aos cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, sendo que, para esses itens, são avaliadas a acessibilidade metodológica, a instrumental e a comunicacional

Os Referenciais de Acessibilidade dos Cursos Superiores definem a acessibilidade metodológica como a “ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo” e é percebida quando “os professores promovem processo de diversificação” como, por exemplo, por meio de “softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de telas, entre outros recursos”. A acessibilidade Instrumental é a “superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, de lazer e recreação”.

A acessibilidade Comunicacional ocorre quando não existem barreiras na comunicação interpessoal, seja oralmente, na escrita e virtualmente (acessibilidade digital).

A oferta das disciplinas na modalidade a distância deverão ser planejadas

levando em conta os indicadores presentes no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES/INEP), inclusive com relação à questão da acessibilidade.

Serão analisados a seguir três indicadores que são avaliados no Projeto Pedagógico do Curso relacionados especificamente à oferta das disciplinas na modalidade a distância: 1) Material didático; 2) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e 3) Atividades de Tutoria e os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria.

2.1 Material Didático

O material didático é um recurso utilizado no processo educativo para facilitar a aprendizagem dos estudantes. Segundo Pinho (2008), o material didático no AVA deve ser elaborado sob dois pontos de vista, o micro e o macro. No primeiro caso, deve ser constituído por animações e vídeos, resumos, relação teoria-prática, auto-avaliação, glossário e exemplificação. Já no segundo caso, o material didático deve ser interativo, sequencial no sentido de possibilitar a revisão do texto após o estudo interativo, sem interrupções na leitura, e seletivo, de forma que permita ao estudante buscar respostas às suas dúvidas.

Uma questão destacada por Pinho é a importância do hipertexto e da multimídia, já que “favorecem, portanto, a participação ativa e exploratória do estudante, ao interagir com a não-linearidade e os diversos estímulos sensoriais desse ambiente”. A respectiva autora ressalta a possibilidade de se utilizar o material didático de forma impressa desde que se busquem alternativas com relação à estrutura do texto e que a atenção não fique restrita aos conteúdos temáticos, “mas também mediante um conjunto de atividades em que o aluno possa avançar usando estratégias e habilidades, participando, assim, ativamente na compreensão de sua aprendizagem e reconstrução dos conhecimentos adquiridos”.

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância analisa o Material Didático disponibilizado aos discentes avaliando a participação da equipe multidisciplinar, seja na elaboração ou validação do material, desde que seja contemplado no PPC.

A ação técnico-pedagógica, realizada pela equipe multidisciplinar é de extrema importância na elaboração e deve englobar os aspectos da criatividade, motivação, *design*, conteúdo e estética, bases para a produção de um material didático capaz de colaborar para o processo de mediação que se quer realizado em EAD e a autonomia discente. Ainda segundo a mesma autora, o material didático corresponde a 50% do sucesso do curso. (SALES, 2013)

Os indicadores que são utilizados para a avaliação é a abrangência do

material didático, levando em consideração o “aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação”. Também se analisa se apresenta linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores. Além disso, avalia se o material didático “permite desenvolver a formação definida no projeto pedagógico” e se foi “elaborado ou validado pela equipe multidisciplinar”.

O material didático descrito no PPC, disponibilizado aos discentes, **elaborado** ou **validado** pela equipe multidisciplinar (no caso de eAD) ou equivalente (no caso presencial), **permite** desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, **considerando** sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às exigências da formação, **e apresenta** linguagem inclusiva e acessível, **com** recursos comprovadamente inovadores. (MEC, 2017, p. 18)

2.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

A Portaria 1.428/2018 determina a utilização de tecnologias da informação e comunicação para o desenvolvimento da oferta das disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação possui um indicador específico para a avaliação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Assim, o instrumento pressupõe a utilização do AVA e caso o curso não utilize o ambiente estará fadado a ser avaliado com o menor conceito no respectivo indicador, que é 1 (um).

O Instrumento de avaliação analisa se as informações a respeito do AVA presentes no PPC apresentam os “materiais, recursos e tecnologia apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional”. Com relação à avaliação do AVA, é verificado se ocorre periodicamente e se tais avaliações são documentadas, resultando “em ações de melhoria contínua”. (MEC, 2017, p. 17)

Dessa forma, é importante que o PPC tenha um item para informar a respeito dos materiais, tecnologias, recursos e as funcionalidades presentes no AVA como por exemplo os fóruns, *chats*, módulos de conteúdos, tarefas, perfil, dentre outras.

Uma sugestão é que as informações a respeito das funcionalidades sejam inseridas por grupo. Pinho classifica em 4 grupos as principais funções disponíveis no AVA.

- Grupo de ferramentas relacionadas ao conteúdo – módulos de conteúdo, planos de curso, glossário, busca, banco de dados, de imagens, calendário.
- Grupo de ferramentas de comunicação – e-mail, fórum e chat.
- Grupo de ferramentas de avaliação – provas, enquetes, autotestes e tarefas.
- Grupo de ferramentas de apoio ao aluno – apresentação de trabalhos, criação de

É necessário que nesse item fique registrado o compromisso de se garantir a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional na entrada de estudantes com deficiência no curso, informando que, para isso, o PPC será adaptado conforme as deficiências.

2.3 Atividades de Tutoria e conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria

As atividades de Tutoria para cursos presenciais que ofertam disciplinas na modalidade a distância é uma exigência da Portaria 1428/2018 e também é um indicador presente no Instrumento de Avaliação de Cursos. Há de se ressaltar que a respectiva portaria prevê e delimita “as atividades de tutoria aos profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico”.

O Instrumento de Avaliação de Cursos avalia se as atividades de tutoria estão adequadas “às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular” e vários outros itens como a mediação pedagógica, “o domínio do conteúdo, de recursos, dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo” e se “são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras”. (MEC, 2017)

Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria são fundamentais para a realização das atividades de tutoria. É necessário que o tutor seja da área da disciplina ofertada, pois além de esse aspecto interferir na qualidade da tutoria, é um requisito legal. O Instrumento de Avaliação avalia se as atividades da tutoria estão adequadas ao PPC e “às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso”. Além disso, ressalta a avaliação referente ao desempenho da tutoria visando “identificar necessidade de capacitação dos tutores” e se “há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes”. (MEC, 2017)

Dessa forma, os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria deverão ser acrescentado no PPC em um novo item ou em um item compartilhado com as Atividades da Tutoria, uma vez que, na prática, eles fazem parte de um todo e fica difícil separá-los. Neste item, deverá ser informado o perfil de formação do tutor das respectivas disciplinas ofertadas na modalidade a distância, incluindo os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, como também o compromisso com a “capacitação dos tutores” e uma previsão para a formação continuada em serviço dos respectivos profissionais

devido à sua importância no processo de ensino e aprendizagem e à velocidade de mudanças relacionadas às tecnologias e aos recursos ligados à Educação a Distância.

Por fim, ressalta-se que o PPC é um documento democrático que deve ser construído de forma coletiva com a comunidade escolar, sendo que esta tem autonomia para elaborar a sua estrutura. Todavia, deve-se respeitar as questões exigidas na legislação, que deverão ser itens constituintes do Projeto Pedagógico de Curso.

3 | ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Os cursos superiores de graduação presenciais que ofertam disciplinas na modalidade a distância, segundo Moran (2012), utilizam uma metodologia híbrida, isto é, misturam o ensino na modalidade presencial com o ensino na modalidade a distância mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

As disciplinas ofertadas na modalidade a distância em um curso presencial poderão ser ofertadas integralmente ou parcialmente, desde que fique dentro do limite dos 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, ou seja, uma ou mais disciplinas poderão ser ofertadas integralmente na modalidade a distância, ou, poderão ser ofertadas partes das disciplinas na modalidade a distância. A Portaria 1428/2018 amplia a possibilidade de aumento do percentual de oferta de 20% para 40%, desde que se cumpra alguns requisitos e que já foram descritos na p.2 desse artigo. O fundamental é que a oferta da modalidade a distância esteja definida no PPC, inclusive indicada na matriz curricular do curso.

Foi realizada uma pesquisa para identificar a existência de possíveis legislações que fundamentassem a elaboração de Matrizes Curriculares, no que diz respeito à forma da matriz curricular, tanto de cursos essencialmente presenciais, como de cursos híbridos. Durante a pesquisa na Web, verificou-se que existem apenas normas internas de instituições para elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos e nestes, há a indicação de modelos de Matriz Curricular, mas se tratam de diretrizes institucionais e não legislação de âmbito federal, estadual ou municipal.

Em paralelo à pesquisa citada também foi realizada uma análise nas matrizes curriculares dos Projetos Pedagógicos de alguns cursos superiores, tais como dos Cursos de Artes Visuais – Bacharelado e Pedagogia da Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), ambos na modalidade presencial com oferta de até 20% das disciplinas na modalidade a distância e do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) com o intuito de verificar se existe uma uniformidade nos modelos das matrizes.

Observou-se que todos os cursos analisados possuem modelos de matrizes

curriculares diferentes entre si, havendo alguns pontos em comum como as disciplinas separadas por semestre, as cargas horárias de cada disciplina, os créditos e a carga horária total do curso.

Assim, apresentamos uma sugestão de matriz composta com disciplinas na modalidade presencial e na modalidade a distância após a análise das matrizes supracitadas, no intuito de apresentar uma matriz com informações suficientes para contemplar os componentes curriculares em um ensino híbrido, deixando claro quais as disciplinas que serão desenvolvidas somente na modalidade presencial e quais disciplinas que serão desenvolvidas de forma híbrida com a modalidade a distância, seja totalmente a distância, ou de forma mista, uma parte presencial e a outra, a distância.

Como pode ser notado na tabela, pode-se oferecer disciplinas totalmente a distância na matriz curricular (optativa 1), além de disciplinas totalmente presenciais (exemplo 2 e exemplo 4), e também disciplinas mistas, presenciais e a distância (exemplo 1 e exemplo 3).

O intuito de apresentar uma sugestão de matriz foi de trazer um exemplo com informações suficientes para contemplar os componentes curriculares em um ensino híbrido, deixando claro quais as disciplinas serão desenvolvidas somente na modalidade presencial e quais disciplinas serão desenvolvidas de forma híbrida, seja totalmente a distância, ou de forma mista, uma parte presencial e a outra a distância. Há de se ressaltar que é uma exigência da Portaria 1428/2018 a identificação das disciplinas ofertadas na modalidade a distância na matriz curricular do curso.

As disciplinas na modalidade a distância devem estar claramente identificadas na matriz curricular do curso, e o projeto pedagógico do curso deve indicar a metodologia a ser utilizada nestas disciplinas. (MEC, 2018)

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO XXXX											
EAD						PRESENCIAL					
Semestre	Discip.	Créd	CH Teórica	CH Prática	CH Total EAD	CH Teórica	CH Prática	CH Total Presencial	CH Total	Pré-reg	Modalidade
1º	Exemplo 1	4	30	-	30	-	30	30	60		Presencial/ Distância
1º	Exemplo 2	4	-	-	-	50	10	60	60	XX	Presencial
Total 1º semestre											
2º	Exemplo 3	4	40		40	20	-	20	60		Presencial/ Distância
2º	Exemplo 4	4				30	30	60	60		Presencial
2º	Optativa 1	4	60		60				60		A Distância
Total 2º semestre											
Total do Curso		XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX		
CH Total Teórica						xx					
CH Total Prática						xx					
CH a Distância						xx					
CH Total - Presencial						xx					
CH Total de TCC						xx					
CH Total de Estágio (Caso esteja contemplado no PPC)						xx					
Atividades Complementares (Caso esteja contemplado no PPC)						xx					
Total Geral						xx					

Tabela1: Sugestão de Matriz

Há de se ressaltar que, como dito acima, conforme o art 4º do Decreto 9.057/2017, existe a necessidade de momentos presenciais na avaliação dos estudantes, nas avaliações, nos estágios, nas práticas profissionais e de laboratório e de defesa de trabalhos de conclusão de curso.

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2017)

4 | CONCLUSÕES

O presente trabalho apresentou os critérios para orientar a inclusão de até 40% de disciplinas na modalidade a distância na carga horária de cursos de graduação presenciais, fundamentados em uma análise dialógica entre estudiosos da área e a legislação que normatiza o tema.

Evidenciou-se a relevância de se incluir a modalidade a distância em cursos presenciais e como isso pode ser feito seguindo as normas vigentes, com base principalmente no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC e também em importantes teóricos que abordam o tema.

O resultado da pesquisa mostrou que os cursos que ofertam um ensino híbrido devem informar em seus PPCs a respeito do funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); do Material didático; da Atividades de Tutoria e dos conhecimentos e habilidades e atitudes da equipe de tutoria.

Além disso, um importante produto dessa pesquisa consiste na tabela de sugestão de modelo de Matriz Curricular. Por meio dessa tabela, é possível visualizar, na prática, como pode ser ofertada a modalidade a distância em cursos presenciais de forma a seguir a legislação vigente.

A relevância desse trabalho consiste não apenas em um conjunto de orientações de como inserir os critérios necessários em um PPC para que o mesmo tenha um conceito satisfatório na avaliação do MEC, mas para que se alcance, acima de tudo, uma crescente qualidade no ensino na modalidade a distância e que possibilite uma aprendizagem interativa e significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 01 de junho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Decreto n° 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 27 de março de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC 1428 de 28 de Dezembro de 2018**. Revoga a Portaria MEC Portaria Ministerial n° 1.134, de 10 de outubro de 2016 , e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>>. Acesso em: 20 de fevereiro. 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acústica musical 144, 146, 147, 154

Administração escolar 46, 61, 162, 163, 166, 167, 170, 172

Alunos 11, 12, 15, 16, 17, 20, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 98, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 123, 146, 147, 152, 158, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 262, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 300, 301, 303, 305, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 334, 335, 336, 337, 338, 339

Áreas verdes do município de Juara 130

Aspectos negativos 130

Automedicação 11, 13, 15, 16, 17

Avaliação 17, 24, 28, 40, 41, 114, 124, 129, 158, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 187, 192, 204, 219, 223, 238, 239, 240, 243, 280, 302, 307, 308, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 334, 335, 340, 343, 346

B

BNCC 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31

C

Coaching 44, 45, 47, 48, 50, 58, 59, 60, 61

Comunicação organizacional 44, 45, 47, 50, 54, 58, 59, 60, 61

Consciência 41, 46, 61, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 126, 169, 226, 228, 260, 291, 297, 298, 346

Conscientização 11, 17, 119, 169, 314

Cultura popular 203

Currículo 12, 19, 25, 26, 28, 31, 37, 39, 42, 64, 68, 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117, 175, 208, 259, 299, 305, 308, 310, 311, 313, 314, 326, 340

Currículo integrado 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117

Curso de pedagogia 233, 234, 262, 330

D

Docência 42, 43, 89, 95, 123, 154, 159, 224, 228, 232, 244, 272

E

Educação a distância 60, 173, 175, 180, 182, 209, 211

Egressos 28, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 242, 243, 244

EJA 11, 12, 25, 119, 120, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Ensino 8, 11, 12, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39,

40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 73, 74, 76, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 263, 264, 269, 271, 272, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 285, 286, 287, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348

Ensino-aprendizagem 32, 61, 91, 106, 113, 116, 155, 156, 158, 174, 227, 233, 243, 249, 271, 272, 275, 280, 305, 306, 311, 314, 317, 321, 328, 329, 333, 336, 340

Ensino de física 144, 147, 154

Ensino médio 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 49, 50, 58, 73, 76, 89, 101, 102, 105, 111, 121, 128, 157, 285, 286, 287, 307, 311, 312

Ensino superior 32, 33, 35, 41, 42, 60, 104, 125, 157, 207, 211, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 261, 262, 263, 264, 269, 287, 316, 329, 346

Epistemologia 89, 90, 94, 102

Escola 12, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 48, 53, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 68, 76, 80, 81, 82, 84, 93, 96, 101, 102, 104, 109, 111, 112, 123, 145, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 184, 187, 188, 190, 191, 193, 194, 199, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 211, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 274, 276, 281, 282, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 321, 322, 323, 326, 327, 329, 330, 336, 337, 338

Estrutura cristalina 113

Extensão 74, 79, 93, 95, 104, 108, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 139, 157, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 258, 261, 262, 263, 264, 268, 272, 330, 341, 342, 343, 344, 345, 346

F

Formação de professores 27, 28, 32, 42, 43, 60, 61, 67, 75, 159, 189, 193, 233, 235, 236, 237, 238, 244, 269, 278, 280, 328

G

Geotecnologias 213, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Gestão escolar 45, 46, 47, 59, 61, 162, 168, 171, 172, 310

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 30, 31, 65, 67, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 124, 129, 140, 143, 145, 146, 148, 157, 165, 172, 193, 194, 196, 206, 210, 212, 218, 232, 239, 266, 288, 291, 292, 294, 297, 302, 303, 311, 314, 318, 319, 328, 348

História da matemática 103, 104, 111, 112

Historiografia 77, 78, 81, 85, 86, 88

I

Inclusão educacional 184

Instrumentos de percussão 144, 146, 147, 148, 149, 151, 153

L

Legislação educacional 162

Literatura popular 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Ludicidade 103, 107, 232

M

Materiais 39, 70, 72, 82, 106, 113, 114, 115, 116, 145, 147, 154, 169, 175, 178, 179, 189, 190, 192, 207, 208, 209, 220, 238, 248, 263, 264, 266, 267, 275, 280, 291, 300, 302, 303, 323

Meios digitais 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Modelo 47, 50, 60, 65, 73, 83, 92, 93, 95, 101, 113, 114, 115, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 151, 160, 163, 168, 171, 183, 209, 231, 250, 252, 281, 305, 306, 310, 311, 312, 314, 315, 319

P

Paisagem 131, 213, 214, 215, 219, 222, 223

Práticas pedagógicas 55, 56, 61, 75, 91, 121, 127, 226, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 273, 279, 288, 305

Professor iniciante 29, 233, 241

Projetos pedagógicos de cursos 173, 174, 175, 180

Proposta interdisciplinar 11

Q

Qualidade de vida da população 121, 130, 131, 132, 133

R

Recursos tecnológicos 51, 55, 69, 97, 203, 204, 206, 208, 209, 226, 231

Reforma ensino médio (MP n.º 746/2016) 19, 23, 24, 25, 29, 31

S

Salas multisseriadas 245, 247, 251

T

Teatro no ensino de matemática 103

Tecnologia 63, 64, 69, 70, 72, 74, 75, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 175, 178, 180, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 225, 226, 228, 232, 261, 264, 290, 316, 329, 342, 346

U

Urbanidade 213, 222

